
NOVAS TENDÊNCIAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS¹

*Maria das Graças Braga Botelho**

RESUMO

Com as transformações na sociedade capitalista ocorridas nas últimas décadas, novas diretrizes e demandas se colocam para a produção do conhecimento, transformando os valores e as referências utilizadas na avaliação da qualidade das instituições de ensino superior. O elevado gasto público nas universidades justifica a proposta de incentivo às parcerias com o setor privado e a tendência é a utilização do critério de produtividade na avaliação institucional, descaracterizando as funções sociais históricas da universidade.

Apresentamos neste artigo, as discussões sobre os rumos que estão sendo seguidos pelas universidades no Brasil, entendendo que a universidade deve seguir as transformações culturais da sociedade, porém, sem alterar sua função essencial de promover o progresso das ciências voltado para o benefício da coletividade.

Palavras-chave: universidade, política educacional, ensino superior.

Diante das transformações em curso na sociedade capitalista contemporânea, percebemos a necessidade de suscitar discussões acerca de determinadas ações que interferem substancialmente no modo de vida da população, principalmente aquelas internalizadas por instituições públicas. As funções que historicamente são atribuídas às instituições de ensino superior, ensino, pesquisa e extensão, se alteram diante das mudanças sociais e estruturais ocorridas na sociedade, levando à redefinição das diretrizes que regem o ensino superior, a pesquisa, a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos e as formas de utilização do saber produzido nestas instituições. Apresentamos neste artigo debates sobre as novas tendências que se apresentam nos critérios de avaliação institucional e nas funções sociais da universidade, considerando as mudanças estruturais na política de educação superior.

POLÍTICA SOCIAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

As políticas sociais se constituem em ações por parte do poder público, desenvolvidas para garantir os direitos dos cidadãos, particularmente aqueles referentes ao acesso a bens e serviços, o que inclui acesso a informações, a condições saudáveis de vida, escolarização e lazer. A possibilidade de exercício dos direitos e deveres de cidadania depende da existência formal das instituições executoras das políticas públicas e da forma como se organizam e funcionam.

A vinculação entre o Estado e a sociedade civil, entendidos no sentido gramsciano,² apresenta características que são peculiares a determinado momento histórico, sendo modificadas de

¹Este texto é parte da dissertação a ser apresentada ao término do curso de mestrado, ainda em andamento, na Faculdade de Serviço Social da Uerj.

* Mestranda em Serviço Social pela Uerj. Assistente social do Departamento de Orientação e supervisão Pedagógica da Uerj.

²Gramsci apresenta a noção ampliada de Estado, que comporta duas esferas: a sociedade política ou “Estado-coerção”, formada pelos mecanismos pelos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão; e sociedade civil, formada pelo conjunto de organizações, também chamadas de aparelhos privados de hegemonia, responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os meios de comunicação e organização da cultura, entre outros.

acordo com as relações políticas, jurídicas, culturais e econômicas que se estabelecem nas sociedades. As políticas públicas expressam estas relações, pois supõem a existência de necessidades e demandas por parte da população e ações por parte do poder público.

Até a década de 1970, as políticas públicas para a área de educação no Brasil estavam associadas às propostas de construção nacional e fortalecimento do Estado. O principal objetivo das ações na esfera educacional era preparar a população para as demandas do mercado de trabalho e legitimar os interesses do capital. A década de 1980 foi um período de transição para a democracia, marcada pela implementação de vários planos econômicos e o estabelecimento de políticas públicas voltadas para o combate à pobreza extrema, com ampla interferência do Estado nas questões sociais. Sonia Draibe (1999) mostra que a meta de melhoria na eficácia do gasto público e de propostas como descentralização das ações e decisões, abertura política e maior participação da população nos programas sociais, significava a democratização do Estado. Analisando os rumos das políticas públicas naquela década, consideramos que as reformas sociais resultaram na reestruturação do setor produtivo e preservação do nível da riqueza existente, porém produzindo, simultaneamente, o aumento da pobreza e do desemprego.

No período de transição para a democracia, entre a década de 1980 e 1990, quando os orçamentos públicos passaram a ser mais controlados, com critérios rígidos de aplicação, o Banco Mundial propôs rigorosa racionalização e maior eficácia nos gastos públicos, com investimento dos fundos públicos prioritariamente na educação básica. A escassez dos recursos destinados ao ensino superior público beneficiou o setor privado, que se expandiu em função da baixa possibilidade de acesso de grande parte da população às instituições públicas. A partir de 1994, o número de estudantes universitários subiu 36,1% nas instituições privadas, enquanto nas públicas o crescimento foi de 12,4% nas federais e 18,5% nas estaduais. De um total de 2,3 milhões de alunos nas universidades brasileiras, temos hoje 65% de matrículas nas universidades privadas e 35% nas públicas. Em relação ao número de vagas oferecidas nas instituições de ensino superior, temos 162.000 nas instituições públicas e 602.000 nas privadas.³

Com o projeto de reforma universitária, o papel do Estado em relação ao nível superior de ensino passou a enfatizar a coordenação do processo de formulação, implementação e avaliação de políticas, em ações exercidas em parceria com o setor privado e entidades da sociedade civil. Boaventura Santos (1995) avalia que a redução dos recursos orçamentários do Poder Público no ensino superior afetaram as relações de saber e de poder nas universidades, “que cada vez mais são compelidas a buscar no setor produtivo os recursos alternativos para sua sobrevivência, submetendo-se crescentemente a critérios que lhes são estranhos e desfavoráveis” (SANTOS, 1995, p. 186). O autor faz referência às imposições a que são submetidas as universidades, em função das mudanças nas demandas pela produção do saber na sociedade de capitalismo desorganizado. Também Hélió Trindade (1999) avalia de forma negativa essa situação, quando ressalta haver no sistema educacional público de ensino superior na atualidade, “uma forte discrepância entre o volume de recursos humanos de alto nível disponíveis e a capacidade dessas instituições funcionarem com rendimento pleno, em função das restrições no financiamento a que foram submetidos, na última década” (TRINDADE, 1999, p. 34-35). A tendência atual do ensino superior brasileiro é o afastamento parcial das funções do Estado no que se refere ao financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito das universidades públicas.

³Fonte: Plano Nacional de Educação. Ivan Valente, DP&A, 2001.

Na década de 1990, as reformas do Estado passaram a priorizar a estabilização da economia, abertura do comércio ao sistema internacional e a expansão dos mecanismos de privatização, tornando-se tensa a relação entre a sociedade civil e o Estado. Observamos que as reformas estatais na referida década priorizaram a política monetária, com o esforço de estabilização econômica se sobrepondo às políticas públicas de atendimento às questões sociais. Na área de educação a reforma priorizou o ensino fundamental, com aceleração do processo de descentralização e redistribuição de recursos federais para outras esferas públicas. Com maior envolvimento dos níveis municipais e estaduais no financiamento dos programas sociais, a tendência foi a redução do volume de recursos advindos da esfera federal, o que conduziu as instituições públicas à busca de alternativas, como o apoio junto à sociedade civil, ao setor empresarial e organizações não governamentais.

No ensino superior, o elevado gasto público nos últimos anos incentiva tanto as parcerias com o setor privado como a busca de arrecadação de recursos próprios, através da formação de fundações, associações, cursos pagos para a comunidade externa e outras alternativas, com o objetivo de suprir a carência de recursos necessários à garantia da qualidade e a excelência nas suas ações. Com maior controle no orçamento do governo federal e limitação na reposição nos quadros docentes e técnico-administrativos das universidades públicas, federais e estaduais, estas passam a apresentar uma característica de formação de recursos humanos e produção de conhecimentos, para atender aos interesses do setor produtivo. A avaliação da qualidade no sistema de ensino passa a se vincular à possibilidade ou não em responder às exigências deste setor.

A educação superior no Brasil compreende hoje um sistema complexo de instituições públicas e privadas, com tipos diversificados de cursos e programas. As universidades são instituições pluridisciplinares que se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Estas instituições possuem autonomia, conferida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), para criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior, fixar os currículos, definir o número de vagas, elaborar seus estatutos e regimentos e estabelecer convênios com outras entidades (LDB, art. 53).

As instituições de ensino superior (IES) podem estar vinculadas ao sistema federal, estadual ou municipal de ensino, ou podem ser criadas pela iniciativa privada. As IES públicas federais são subordinadas à União. As estaduais e municipais são mantidas pelos governos dos Estados e Distrito Federal ou das prefeituras municipais, respectivamente. As IES privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, podendo ser classificadas em particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas.

O cenário social e as condições da economia nacional e global da atualidade influem nas ações empreendidas nas universidades. Um fator fundamental que afeta sua autonomia e altera suas funções é o enfraquecimento do Estado, que significa a desobrigação de financiamento dos serviços públicos e manutenção da infra-estrutura das instituições públicas. Nas universidades, as táticas empresariais que se instalam no ensino superior levam os interesses privados a influenciar nas tomadas de decisões da gestão acadêmica e administrativa. Observamos que novas demandas se colocam para a produção da ciência e tecnologia, transformando os valores e as referências utilizadas na avaliação da eficácia e da qualidade das instituições de produção do saber e pesquisa científica. As medidas políticas e sociais implementadas no país influem diretamente nas ações internas quanto à dinâmica educacional, métodos de ensino, conteúdos e formas utilizadas na produção e difusão do saber.

Organismos internacionais realizam análises, diagnósticos e propostas para os países da América Latina e Caribe, tanto em relação à economia quanto à educação. Estes estudos exercem grande influência na definição das políticas públicas para a educação no Brasil, e estão presentes na conformação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) organizou uma Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. Esta comissão reuniu-se na França em 1996 e, após debates acerca das estratégias necessárias para redefinir o papel da educação nos diversos países integrantes, elaborou um documento contendo um diagnóstico da atual situação da educação nos países dependentes, tais como o alto índice de evasão escolar, a diminuição de investimentos públicos na área da educação e as dificuldades para aplicação dos recursos nos meios necessários para modernização técnica e científica das universidades. O documento “Ensino Superior na América Latina e no Caribe – Um Documento Estratégico”, apresenta a avaliação da situação do ensino superior nestas regiões, identificação de suas funções e deficiências e propostas de reformas para este campo do saber. No documento está prevista a mundialização da cultura e adaptação do indivíduo às demandas de conhecimento científico e tecnológico, além de um novo conceito de educação, a partir da constituição de uma “sociedade educativa”, que significa educação ao longo de toda a vida, quando o indivíduo será estimulado a aprender a conhecer, sendo preparado para a adaptação às mudanças nos padrões de exigência do profissional na nova ordem que se instala no mercado de trabalho, ou seja, elevada flexibilidade intelectual, capacidade de atualização e de adaptação a novas situações.

As questões debatidas na Conferência Mundial sobre a Educação Superior giraram em torno dos desafios da nova universidade que surge na fase atual do capitalismo globalizado. As parcerias com as empresas privadas e organizações não governamentais foram vistas como possibilidade de acesso a novas tecnologias, incentivo à pesquisa e cooperação com o mundo do trabalho, com a formação de profissionais qualificados para responder às novas exigências do mercado. O documento organizado pela Unesco, a partir da Conferência, indica a necessidade de implementação de um processo de avaliação da qualidade no ensino superior, que atinja todas as suas funções e atividades, ou seja, “a qualidade do ensino, treinamento e pesquisa, que quer dizer a qualidade de seus professores e programas, a qualidade da aprendizagem como um corolário do ensinamento e pesquisa” (UNESCO, 1999, p. 68). Neste sentido, a Unesco reconhece que a qualidade apresenta muitas faces, que vão além de uma interpretação dos resultados alcançados pelos programas e projetos de avaliação que estão sendo implementados hoje nas universidades brasileiras.

AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Hélgio Trindade (1999) destaca as principais características dos modelos de universidade nos diferentes períodos históricos e as mudanças que acompanharam as transformações sociais e políticas destas instituições. Na universidade medieval ou tradicional da Idade Média, o modelo era o de uma instituição corporativa, com três importantes campos de formação, a Teologia, o Direito e a Medicina; a universidade renascentista do século XV surge quando o humanismo literário penetra nas universidades alemãs; a universidade iluminista do século XVII surge com a valorização da razão e da liberdade do indivíduo, quando é intensificada a profissionalização das ciências; e a universidade moderna do século XIX que marca uma nova relação entre Estado e universidade, a partir do avanço da produção científica e tecnológica, com forte participação do Estado na organização

estrutural e orçamentária das universidades. O Brasil optou pelo ensino superior profissional a partir do século XIX, tendo como modelo a universidade alemã, modelo de Humboldt, no qual prevalece a proteção estatal. Na década de 1930, quando consolida-se a sociedade urbano-industrial, surgem no Brasil diversas universidades, resultantes da reunião formal das faculdades isoladas, como a de odontologia, metalurgia, arquitetura, economia, serviço social e outras. Nesta década é criada a Universidade de São Paulo – USP, matriz da primeira geração de instituições públicas federais e confessionais católicas e modelo na disseminação das universidades públicas brasileiras.

Entre as décadas 1940 e 1960, a conjuntura mundial apresentava conflitos e guerras, lutas antiimperialistas e o triunfo do socialismo em vários países. A partir da década de 1960, o projeto de reforma universitária foi se construindo no Brasil conforme o modelo norte-americano. O anteprojetado que culminou na Lei 5.540 de 1968 foi elaborado por um grupo de trabalho do qual fizeram parte membros do Conselho Federal de Educação e professores universitários que se inspiraram nos filósofos da Universidade de Berlim. A proposta de reforma universitária no país foi formulada a partir do princípio de organização da universidade de Fichte,⁴ com predomínio do poder do Estado e limitação da autonomia universitária – modelo organizacional norte-americano, proposto para o ensino superior brasileiro. Esta reforma foi fundamentada no discurso de modernização, significando uma mudança radical na forma de organização dos recursos materiais e humanos da universidade, que passaram a priorizar o princípio de economia na definição das metas. Este tipo de organização direcionou as decisões na constituição da estrutura departamental, nas disciplinas organizadas a partir do conhecimento fragmentado em unidades e no sistema de orientação curricular, que passou a ser o de crédito. O idealismo alemão era evocado como justificativa, mas essa estrutura universitária revelou a vitória do empiricismo anglo-saxônico sobre o racionalismo francês. Os conflitos políticos provenientes do golpe militar de 1964 impulsionaram a chamada modernização do ensino superior, orientando as ações no interior das instituições universitárias, voltadas para assegurar o controle político e acadêmico. Alguns exemplos dessas ações foram a organização das áreas de ensino em departamentos, ingresso semestral e criação de infra-estrutura, como equipamentos sofisticados, bibliotecas com acervos atualizados e expansão do corpo docente e técnico-administrativo.

A autonomia universitária, de acordo com os indicadores definidos pelo Estado, é tratada na LDB como eficiente no cumprimento das metas, sendo estimulada a buscar vínculos com o setor privado e organizações não governamentais, como estratégia para melhorar sua capacidade operacional. Na realidade, a atribuição de autonomia às universidades, garantida pela lei, proporciona uma alteração nos critérios de avaliação de sua qualidade, uma vez que se verificam mudanças nos interesses que determinam a demanda pelos serviços oferecidos nas instituições de ensino. Em relação ao ensino superior, a LDB apresenta pontos positivos, como as exigências de que pelo menos um terço do corpo docente seja constituído de mestres ou doutores e que 70% das vagas dos órgãos colegiados das instituições públicas de nível superior sejam ocupadas por professores. A Lei prevê a avaliação da qualidade da educação ministrada em todas as instituições de ensino, públicas ou privadas, mas atrela os recursos públicos dirigidos às instituições de ensino superior, incluindo as comunitárias e filantrópicas que comprovem finalidade não lucrativa, aos padrões de produtividade e lucro.

⁴Johan Gottlieb Fichte, filósofo alemão, foi o primeiro reitor da Universidade de Berlim. Defendia a idéia de uma universidade integrada, uma unidade orgânica na qual o fomento do saber e da arte científica e o processo de construção do conhecimento estão voltados para um objetivo comum. Fonte: Ficht, Johann Gottlieb. *Por uma Universidade orgânica*. In: Rocha, João C. e Kretschmer, Johannes. *Coleção Universidade*, n. 6. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Uerj, 1999.

A forma como as estratégias de avaliação das universidades públicas no Brasil e as questões referentes a sua autonomia estão sendo encaminhadas, mostra que estão sendo adotadas diretrizes dos modelos europeus e a idéia de instituição universitária autônoma está vinculada ao de organização, no sentido empresarial. O Estado, com os critérios de avaliação que vêm sendo propostos para o ensino superior, exige uma qualidade baseada em um “modelo único” de universidade, resultando em procedimentos de competitividade e primazia dos elementos quantitativos na avaliação da produtividade acadêmica. O Estado assume o papel de controle e legitimação das instituições educacionais, afastando-se da responsabilidade em garantir recursos suficientes para o financiamento das produções na universidade e das condições de permanência dos estudantes neste nível de ensino.

Em relação à parceria das universidades públicas com os setores empresariais, surgem na atualidade debates entre profissionais da área de educação e intelectuais envolvidos com a organização estrutural das instituições universitárias. Destacam-se nestes debates duas posições, a defesa de que a parceria contribui para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a defesa de que essa aproximação significa destruição do papel social da universidade. A primeira posição revela uma visão tecnocrática, que apresenta objetivos concretos e definidos cientificamente, estabelecendo hierarquias e privilégios nas ações que envolvem o campo do saber. A segunda posição está ligada à função humanista da universidade, que prioriza a personalidade intelectual, literária e científica, além da expressividade na transmissão das idéias e valores. A corrente tecnocrática é defendida por intelectuais e profissionais da educação que consideram possível a idéia de cooperação entre a universidade e o setor industrial e a direção da universidade de acordo com os mesmos critérios com que se administram as empresas. Carmine Taralli, José Peres e Guilherme Ary (USP, 1989), defendem a idéia de cooperação mútua, que traria benefícios tanto para o desenvolvimento científico nas universidades, com o investimento em tecnologia de ponta, como para o crescimento dos padrões de qualidade e produtividade das indústrias.

Na corrente humanista encontram-se profissionais e intelectuais da área de educação contrários à vinculação da universidade à empresa, compreendendo que, a partir da relação direta com o mercado, a demanda econômica passa a dominar as ações na universidade, comprometendo a liberdade intelectual, a transmissão de conhecimentos e a investigação científica, em função da subordinação aos interesses empresariais. Marilena Chaui e Valdemar Sguissard destacam o risco da propagação da competitividade entre carreiras e da referência empresarial na definição das estratégias operacionais nas universidades. Chaui assinala que as pesquisas seriam reduzidas a serviços encomendados, com critérios e objetivos definidos, não mais pelos próprios pesquisadores, mas pelos financiadores. Sguissard destaca que “a diversificação de fontes (de financiamento) propiciariam a livre competição mercadológica entre as instituições de ensino superior. Instituições universitárias e organizações empresariais aproximar-se-iam ou confundir-se-iam nos seus modos de organizar-se e produzir” (SGUISSARD, 2000, p. 55).

Analisando as opiniões dos autores citados, entendemos que a universidade, como centro privilegiado de saber, não deve estar isolada do campo produtivo, considerando que o objetivo último do esforço de desenvolvimento científico e tecnológico está diretamente vinculado aos campos sociais, culturais e do trabalho. Porém, devemos ter claro os efeitos das mudanças na esfera da produção e nas condições do mercado de trabalho sobre o ensino de graduação. Por um lado, as universidades se deparam com uma demanda de profissionais com novas habilidades técnicas, por outro, não devem estar alheias à importância de formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade e de sua responsabilidade em relação aos direitos da população. A universidade, ao redefinir suas

funções, passa a priorizar a formação técnica e comportamental do novo tipo de homem que, com suas novas capacidades intelectuais exigidas pelo trabalho produtivo. Esta lógica tende a descaracterizar as funções sociais historicamente definidas para a universidade, como a produção e propagação dos conhecimentos científicos e tecnológicos, correspondentes aos interesses e necessidades dos homens na sociedade contemporânea; a produção de trabalhadores qualificados para o exercício das profissões; a identificação de talentos e a elevação do nível cultural dos grupos sociais.

Uma nova função da universidade pública vem sendo amplamente debatida nos últimos anos, em razão das políticas de ação afirmativa que se concretizam, a partir do sistema de cotas para ingresso em universidades públicas, de minorias raciais e grupos sociais economicamente desfavorecidos. A Lei 3.524/00, dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes oriundos da rede pública estadual de ensino, estabelecendo a reserva de 50% das vagas dos estudantes que cursaram todo o ensino fundamental e médio em escola pública nas universidades públicas estaduais (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Estadual do Norte Fluminense). Esta Lei foi sancionada pelo governo do estado do Rio de Janeiro e pretende democratizar a universidade pública, facilitando o acesso aos seus cursos para a parcela da população que não teve a oportunidade de cursar o ensino fundamental e médio em instituições que lhes fornecessem um ensino de qualidade, suficiente para competirem em igualdade de condições com os demais candidatos. A Lei 3.708/01 institui o sistema de cotas para as populações negra e parda no acesso às universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo a cota mínima de 40% (quarenta por cento) para este grupo no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). A implementação destas Leis amplia o acesso ao ensino superior de grupos sociais historicamente colocados em situação de desigualdade quanto às condições de competição nos processos de seleção para ingresso em universidades públicas. Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a cada ano ingressam cerca de 4.500 alunos, sendo que cerca de quarenta e dois por cento das vagas são ocupadas por alunos vindos da rede pública. Porém, nas carreiras mais concorridas, como direito, medicina e odontologia, mais de noventa por cento provém da rede privada, o que demonstra a desigualdade nas condições de acesso a este nível de ensino. Estas ações vem sendo debatidas por diversos profissionais e intelectuais das universidades e setores da sociedade envolvidos com a questão da educação de nível superior, considerando os conflitos gerados em sua implementação e nas conseqüências que acarretam. As ações governamentais devem estar direcionadas para a universalização efetiva dos direitos de cidadania e procurar corresponder às necessidades legítimas da sociedade. O benefício público produzido pela universidade é um exemplo de direito de cidadania, mas somente se constitui efetivamente em direito garantido na medida em que o acesso e a permanência neste nível de ensino sejam assegurados de forma igualitária. Devemos ter clareza do que significa este direito e das estratégias que, de fato, levarão à igualdade de condições na disputa pelas vagas e na permanência nas universidades públicas. Grandes decisões históricas estão sendo definidas e urge discussões para definir estratégias que evitem a imediatividade e o conseqüente risco de agravar as desigualdades já existentes. O direito ao acesso e permanência na universidade, em igualdade de condições, requer ações que considerem a qualidade do ensino em todos os níveis e estratégias para garantir o desenvolvimento escolar dos alunos nas universidades.

O Exame Nacional de Cursos, também conhecido como “Provão”, criado em 1995 pela Lei 9.131/95, faz parte das avaliações periódicas dos cursos das instituições de ensino superior, públicas e privadas. Seu objetivo é analisar os conhecimentos e habilidades adquiridas pelos alunos que con-

cluem a graduação, de forma a avaliar comparativamente o desempenho dos cursos oferecidos pelas diferentes IES e permitir a identificação de tendências e problemas da educação superior brasileira. Entendemos que a avaliação da qualidade no ensino superior requer uma análise mais complexa do que aquela obtida através do Exame Nacional de Cursos. O processo de avaliação deve abranger todo o sistema acadêmico, a infra-estrutura, o ambiente acadêmico, institucional e pedagógico das universidades. Para isso deve envolver todos os segmentos das instituições de ensino superior, incluindo estudantes, professores, pesquisadores e servidores técnico-administrativos, tendo em vista seus papéis nas diversas atividades e assuntos relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão.

A universidade deve seguir as transformações culturais da sociedade, evitando a estagnação, mas torna-se importante promover discussões sobre os rumos que estão sendo seguidos e os efeitos da transição do capitalismo pós-moderno sobre as instituições de ensino superior, de forma a garantir o desenvolvimento equilibrado da universidade, sem exterminar sua função essencial de promover o progresso das ciências, voltado para o benefício da coletividade. Um desafio que se impõe à universidade pública hoje é formar graduados capazes de acompanhar as exigências colocadas ao novo profissional no mercado, sem perder a especificidade de instituição formadora de cidadãos capazes de construir um aprendizado permanente nas respectivas áreas do saber. Como exemplo da possibilidade de alcance deste objetivo citamos propostas formuladas pelos membros do Fórum de Reflexão Universitária da Universidade de Campinas, São Paulo, como a elaboração de um currículo que contemple a formação do cidadão, centrado no conteúdo básico de cada disciplina; aumento do número de vagas nas universidades, ampliando a participação do poder público no atendimento à demanda por ensino superior;⁵ elaboração de parâmetros de avaliação apropriados, com critérios definidos internamente, incluindo o desempenho da instituição, das unidades de ensino, dos departamentos, da relevância e da qualidade da produção docente e discente. Em relação à expansão das vagas nos cursos de graduação, surgiram no Fórum idéias que vislumbram a possibilidade de ampliar o número de vagas nas universidades sem multiplicar o orçamento destinado à educação superior, a partir de uma abordagem pedagógica diferente e revisão adequada dos currículos de graduação. Os currículos atuais das universidades públicas, de acordo como o documento produzido no fórum, não permitem a expansão das vagas sem maximização do orçamento, pois “a densidade dos currículos exige um quadro amplo de professores e dificulta o engajamento dos estudantes em trabalhos práticos de profundidade, baseados nos conceitos desenvolvidos durante as horas de aula em classe” (CHAMBOULEYRON, 2001, p. 52). Segundo análise deste autor, a permanência dos estudantes nos próprios currículos especializados não contribui para treinar os cidadãos que irão atuar em ações futuras, em um país em constante mudanças estruturais. Algumas estratégias são propostas, como por exemplo a definição de ciclos básicos em grandes áreas, como ciência e tecnologia, humanidades, ciências sociais e biomédica, com um ou dois anos de duração, permitindo que os estudantes se deparem com vários aspectos da atividade acadêmica e tenham liberdade para construir seus programas de estudos; e inclusão de atividades participativas nos ciclos básicos da graduação, substituindo parte das aulas teóricas, com alunos de pós-graduação como instrutores, devidamente orientados pelos professores, constituindo esta tarefa parte de sua própria aprendizagem. Com estas

⁵A porcentagem da população na faixa etária entre 18 e 24 anos que frequenta a universidade no Brasil é de 12%, inferior não só em relação aos países desenvolvidos, mas também a outros países da América Latina. Fonte: Chambouleyron, Ivan (org.) Fórum de reflexão universitária – Unicamp, 2001.

medidas, os estudantes de graduação teriam acesso às ferramentas essenciais para o exercício de sua individualidade, potencialidade e cidadania.

O estudante de graduação necessita de condições para desenvolver suas capacidades, de disposição para buscar uma atualização permanente e incentivo para a procura de conhecimentos e produção de saberes novos. Este desafio só será alcançado com o engajamento de todos os setores universitários, em torno da construção de estratégias eficazes no interior das universidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade, entidade formadora de mão-de-obra especializada de nível superior, desempenha uma papel importante no desenvolvimento das sociedades, uma vez que proporciona mobilidade profissional para grupos sociais de diferentes *status* sociais. As instituições universitárias, estando ligadas à vida produtiva através da preparação dos profissionais nas diversas carreiras de nível superior, criam condições para a formação do novo profissional exigido pela lógica científica dos atuais padrões de produção. Mas esta preparação não deve tornar tênue a importância da formação do cidadão crítico e consciente de seu papel na sociedade, considerando os recursos públicos que são investidos nesta área.

Os segmentos envolvidos na dinâmica institucional das universidades devem refletir sobre os rumos que vêm sendo impostos ao ensino superior, e devem buscar o fortalecimento das funções sociais que justificam e legitimam sua existência, através de reflexões e implementação de alternativas viáveis e eficazes. As estratégias de operacionalização das ações didáticas, pedagógicas e administrativas no interior das universidades devem estar vinculadas aos objetivos básicos de assegurar a disseminação universal do saber produzido e contribuir para o desenvolvimento do país. Para atingir essa finalidade é fundamental a participação política, administrativa e financeira do Estado, o que somente será garantido a partir da mobilização de segmentos da sociedade: estudantes, professores e servidores das universidades, e população em geral, envolvidos com as ações nas instituições de ensino superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 maio 1999. Mais!
- CHAMBOULEYRON, Ivan (org.) Fórum de Reflexão Universitária – Unicamp: mais vagas com qualidade – o desafio do ensino público no Brasil. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- COUTINHO, Carlos N. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CUNHA, Luiz Antonio. A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- DRAIBE, Sônia. As políticas sociais nos anos 90. In: BAUMANN, R. (org.) Brasil: uma década em transição. ABDR, 1999.
- FICHT, Johann Gottlieb. Por uma universidade orgânica. In: ROCHA, João C.; KRETSCHMER, Johannes. Coleção Universidade, n. 6. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1999.
- SANTOS, Boaventura. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. Porto: Edições Afrontamento/São Paulo: Cortez, 1995.
- SGUISSARDI, Valdemar. O desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspectivas? In: SGUISSARDI, Valdemar (org.) Educação superior: velhos e novos desafios. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2000.
- TRINDADE, Hégio (org.) Universidade em ruínas: na república dos professores. Petrópolis: Vozes/Rio Grande do Sul: Cipedes, 1999.
- UNESCO. Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior. Edições Unesco. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- USP. Dossiê Universidade-Empresa. Revista USP, Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 1, mar./maio 1989.

ABSTRACT

The knowledge production is affected by all the changes in the capitalist society of late decades. This situation take us to new directions, with new trends and demands arising and changing the value and references used to evaluate the quality of teaching in universities. Government high expense in universities justifies the partnership with private sector. The results of this effects are reflected in the institutional evaluation, reducing the social and historical functions of the universities.

We show in this article the debate about the trends followed by Brazilian universities, understanding that the universities must follow the cultural changes in society, but without move their essential function of promoting the sciency progress, towards to the social benefit.

Keywords: *university, educational policy, higher education.*

RÉSUMÉ

Avec les changements dans la société capitaliste qui ont eu lieu aux dernières décades, nouvelles directrices et nécessités s'élevént pour la production du savoir, en transformant les valeurs et les références utilisées dans l'avaliation de la qualité des institutions de enseignement supérieur. L'eleve dépense public dans les u-niversités justifie la proposition de incentiver l'association avec le secteur privé et la tendance est l'utilisation du critère de la productivité à l'évaluation institutionnel décaractérisant les fonctions sociaux historiques de l'université.

Nous présentons dans cet article les discussions sur les routes qui sont suivre par les universités au Brésil, en comprenant que l'université doit suivre les changements culturels de la société, cependant, sans changer sa fonction essenciel de promouvoir le progrès des sciences, pour le bien de la collectivité.

Mots-clés: *université, politique educationel, enseignement supérieur.*